

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO N° DE 2011. (Do Sr. Walter Ihoshi)

Requer a realização de uma audiência pública para tratar “Do decreto 7.567 de 15 de setembro de 2011, que aumenta o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), de carros importados.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 24, incisos III e VII, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a esta comissão, em reunião de Audiência Pública, um Representante da Abeiva, um Representante da Anfavea, um Representante do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

JUSTIFICATIVA

No último dia 16 de setembro, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto de nº 7.567/2011, que aumenta o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), de carros importados. O objetivo da medida é proteger e incentivar a produção local de carros, preservando empregos e estimulando a evolução tecnológica, conforme disse o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega.

Essa medida seria louvável, desde que beneficiasse o consumidor brasileiro, fato esse que na prática não parece estar ocorrendo. Acompanhei pelos jornais a exposição de motivos, tanto da Associação das Montadoras com Fábrica no Brasil como da Associação dos Importadores, no que pude concluir que essa medida se concretizada, poderá afetar mais uma vez o consumidor brasileiro. Com a diminuição da concorrência entre os veículos, a expectativa é de um aumento nos preços dos carros nacionais em um curto espaço de tempo, confirmando essa previsão, transcrevo abaixo trecho de uma entrevista da Folha de São Paulo:

Montadoras não descartam aumento no preço de carros nacionais

A Anfavea (associação das montadoras com fábrica no Brasil) não prevê elevação nos preços dos carros devido à menor concorrência dos importados com o aumento do IPI para veículos que não tiverem pelo menos 65% de conteúdo nacional --medida governamental para proteger a indústria local--, mas também não descarta o aumento para o consumidor.

Questionado nesta segunda-feira se as montadoras se comprometeriam a manter os preços pelo menos no nível atual, o presidente da entidade, Cledovino Belini, disse que "se fizermos [esse] compromisso, é cartel".

Como esta Comissão tem o dever de zelar pelos interesses do consumidor brasileiro e, para que possamos tirar as nossas dúvidas e debater o assunto com os setores interessados, é que venho solicitar aos nobres membros dessa comissão, o apoio para a aprovação desse requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2011.

WALTER IHOSHI
Deputado Federal